

INTERVENÇÕES DE  
TERCEIROS EM  
CONTEXTOS DE VIOLÊNCIA  
E SUAS REPRODUÇÕES

SUMÁRIO:

Editorial

Jared L. Ordway 1

Teoria da P@X

Territórios: Espaços de luta de quem?  
Vilson Groh e Katia Madeira 2-5

Cultivar o poder não-dominador e a redução  
da violência nas margens “em desordem”  
Jenny Pearce 6-7

Observatório da P@x 8-10

Estudos da P@x

Será que *realmente* entendemos a situação  
em que estamos a intervir?  
Sara Malotane Henkeman 11-13

Mediando a justiça  
Beth Roy 14-15

A natureza dos conflitos não resolvidos  
Andrew Thomas 16-18

Sotão dos EP 19-22

P@X

Coordenação Linha de Estudos para a Paz/CES:  
André Barrinha

Número temático organizado por:  
Jared L. Ordway

Coordenação do Boletim P@X:  
Rita Santos e Sofia José Santos

Núcleo de Humanidades, Migrações e Estudos para a  
Paz  
Centro de Estudos Sociais (CES)  
Universidade de Coimbra, Portugal  
<http://www.ces.uc.pt/nucleos/nhumep/pages/pt/apresentacao.php>  
[paxinfo@ces.uc.pt](mailto:paxinfo@ces.uc.pt)

Editorial

As práticas de intervenção de terceiros em contextos de violência têm conhecido um desenvolvimento veloz nos últimos trinta anos, muitas vezes de forma inovadora e pioneira, beneficiando de diversos contributos teóricos no sentido da expansão de práticas como a mediação. Os valores, práticas institucionais e contextos sociais que guiam os papéis e orientação de terceiros não são, contudo, uniformes, variando desde intervenção de segunda via (*Track II*) (Kelman, 1992) a formas de apoio informal a espaços comunitários (Botes, 2003). O crescimento de práticas organizadas de resolução de conflitos disponibilizadas em espaços sociais marginalizados em resposta a tendências crescentes de conflito e violência muitas vezes convida a adaptações transfronteiriças mais amplas. Em contextos pós-conflito na América Central, por exemplo, são evidentes os esforços de reforma judicial com o propósito de reforçar o estado de direito (Murdock, *et. al*).

A resultante *indústria de consultoria de especialistas em conflitos* chama a nossa atenção para o facto de os modelos de intervenção de terceiros e em especial seus objetivos institucionais específicos, práticas de emprego, e pressupostos poderem ser incoerentes com a fragilidade das realidades de vida destes espaços. Esta realidade torna-se eticamente questionável quando processos de resolução de conflitos acessíveis, nomeadamente a mediação, são celebrados enquanto *exercícios inovadores de cidadania*, ao mesmo tempo que lhes falta uma análise integrada quer das intervenções formais e não violentas de terceiros quer das intervenções informais iniciadas por comunidades, uma vez que a aplicação destas práticas se situa

fora de moldes institucionais inicialmente previstos e tem lugar em espaços caracterizados por índices elevados de insegurança.

O poder inerente de práticas de intervenção que lidam diretamente com ou funcionam num sistema de violência também comporta riscos e molda a forma como estas práticas são realizadas, dependendo dos seus compromissos com os atores sociais e políticos nas comunidades (Wheeler, 2009; Wilding, 2009). Quando os profissionais permanecem cegos face às complexidades do poder e da violência, tal pode prejudicar os seus ideais, ou pior, tornar inútil o seu trabalho em termos de apoio das mudanças sociais que procuram. Este *interface* (Pearce; McGee, 2011) torna-se particularmente urgente num contexto em que os estudos para a paz têm chamado a atenção para as formas matizadas através das quais as respostas à insegurança e à violência nas suas variadas formas moldam a qualidade de vida individual e coletiva (Abello Colak; Pearce, 2009).

Entender as ligações entre práticas diretas de intervenção e a reprodução da violência pode ajudar a identificar potenciais construtivos e/ou destrutivos, bem como contribuir para uma melhor compreensão de como “formas não dominantes de poder” (Pearce, 2013) podem ser consolidadas. Especialistas e profissionais têm muito a *aprender* sobre como o contexto e a violência moldam mas também são moldados por inovações e adaptações realizadas por terceiros (formais ou informais). Os artigos incluídos neste número do P@x sugerem que o desenvolvimento destas práticas deve considerar

as *dimensões interativas e de intervenção* (Alexander, 2011) de exercícios como mediação comunitária como metas coordenadas em vez de fragmentadas. No mínimo, reconhecer que “meter-se no meio” da violência acrescenta contornos únicos às nossas práticas em contextos de insegurança convida a uma aproximação estratégica entre estes corpos de conhecimento. Para esse efeito, V. Groh e K. Madeira centram a nossa atenção para as formas como a sua conceptualização de mediação é moldada pelos contornos contextuais dos *territórios em disputa*. As reflexões de J. Pearce consideram as várias formas de poder e como sistemas baseados em pressupostos externos sobre ambientes complexos podem inibir a compreensão integral da situação. B. Roy escreve sobre a sua experiência de lidar com as violências, que contrasta de forma flagrante com as convenções ainda dominantes da prática de mediação. S. Henkeman analisa as lacunas no desenvolvimento de mediadores/as tendo por base os resultados da sua investigação realizada no contexto desigual e em transição sul africano. Já o trabalho de A. Thomas na sequência da morte de Trayvon Martin aborda as formas como as práticas de gestão de conflitos podem dar resposta às complexidades da violência que provocam igualmente divisões comunitárias históricas.

Jared L. Ordway

Universidade de Bradford e  
Bolsheiro Marie Curie-CES

## Teoria da P@X

### TERRITÓRIOS: ESPAÇOS DE LUTA DE QUEM?

No ano de 2002, [Wilson] fez oitenta funerais de pessoas que morreram de forma violenta num território de 32 000 habitantes que compõe o Maciço do Morro da Cruz. Este território é constituído por dezassete áreas pobres. Geograficamente este território está localizado no centro de Florianópolis, capital do Estado de Santa Catarina, Brasil, enquanto que em termos económicos esta região encontra-se na periferia da cidade. Trata-se de um exemplo típico de como se formam e cresceram as cidades brasileiras que hoje detêm 87% de sua população que residem em centros urbanos.

A desigualdade social tornou-se cultural e a injustiça tornou-se um mecanismo de anestesia que nos fez acostumar com a violência urbana como se fizesse parte da vida quotidiana. Só para exemplificar, o crime organizado no Estado de Santa Catarina corresponde a uma regionalização do PGC (Primeiro Grupo da Capital do crime organizado). Existem 2000 militantes ligados a esta organização, estando 1000 dentro das prisões. Isso demonstra o quanto os territórios estão distanciados nas relações centro e periferia. No país, entre os anos de 2006 a 2012 foram assassinados 33 000 adolescentes com idades entre 12 a 18 anos (IDHA, 2009). Refletir a partir destes territórios, segundo a perspectiva dos processos de mediação é percebê-los como espaços de articulação, de construção de direitos, de lutas que impulsionam movimentos políticos em torno do espaço urbano no sentido de pensar cidades mais justas e igualitárias. É ter como centralidade o processo de reprodução da vida social, compreender que esta reprodução ocorre de forma profundamente desigual, transformando as cidades no lugar da especulação financeira e da mercantilização da vida social.

Percebemos as consequências deste processo desigual no quotidiano deste território, através do desemprego estrutural, do subemprego, da pobreza, da violência urbana, que alimenta o medo e a insegurança, da devastação ambiental, e da desresponsabilização do Estado. Por isso, estes territórios tornam-se espaços de disputa entre a presença do Estado nos períodos eleitorais, do tráfico na busca de

militância no crime organizado e das organizações de base, que procuram recompor este tecido social tão fragilizado.

No nosso entendimento, não se intervém no território sem aprofundar o conhecimento que temos dele: o perfil da população que aí reside, a configuração do território, que compreende desde a dimensão espacial até às reações existentes neste espaço, em especial a sua história de luta ou não, relações de poder interna e externa, interesses, formas de organização, padrão de vida dos/as trabalhadores/as e suas relações com o trabalho, formas de construção de alianças (se são alianças que reproduzem o modelo vigente capitalista do Estado, por exemplo), de que forma o Estado utiliza este território e como se organiza nesse processo e, por fim, como a população se organiza face às intervenções do Estado. Neste sentido, requer perceber as relações e jogos de poder existentes e muitas vezes estabelecidos nas disputas internas e externas (Scherer-Warren, 2008).



Crianças envolvidas em projetos da Instituto Wilson Groh (IVG). Fotografia de IVG.

Outro ponto paralelo diz respeito ao método de apropriação destas informações, realizando um mapeamento das intervenções públicas no território e respetiva leitura crítica destes processos, à semelhança do que fizemos nos territórios onde trabalhamos através da organização e articulação da rede do nosso Instituto [1], que nasceu das reivindicações das bases. Quais políticas públicas de facto existem?

## Teoria da P@X

Estas políticas dão resposta às necessidades do território nos domínios da saúde, assistência social, educação, habitação, lazer e cultura, e transportes? Do mesmo modo, é necessário ter em consideração a intervenção da esfera privada, seja através de serviços, programas e projetos. Deste processo, nasceram várias organizações [2] que hoje tentam fazer a mediação destes espaços, construindo novos espaços públicos não-estatais mas exercendo controlo social.

Para atuar em determinados territórios é urgente perceber como estes são usados como estratégias políticas do governo e, por essa razão, é preciso ter sensibilidade para identificar e lidar com questões políticas e sociais inerentes a esta dinâmica. É preciso ter claro que os territórios não são espaços neutros, onde surgem, espontaneamente, estratégias de ação conjunta entre os segmentos sociais. São espaços políticos, de debate e de luta (Groh, 1989).

Neste sentido, é importante entender os territórios como espaços de disputa e construção coletiva, onde as posições e a estrutura de interação são delimitadas constantemente pelas próprias posições dos atores sociais envolvidos e constituem elementos chave para o entendimento das dinâmicas territoriais. Acreditamos que as dinâmicas territoriais requerem articulação constante com a luta por direitos humanos. A concepção de direitos humanos tem que ter por base a superação da visão 'legalista' dos direitos, sendo fundada na necessidade de uma articulação com os movimentos de defesa dos direitos humanos, com a "questão social" e com as políticas públicas, numa perspectiva de luta por uma sociedade emancipada, libertária, baseada em valores radicalmente democráticos (Souza, 2001).

Por fim, atuar de forma articulada com os territórios requer dos/as profissionais e ou sujeitos envolvidos:

- Reconhecer, valorizar, fortalecer e construir alianças com fóruns internos e externos aos territórios seguindo uma abordagem de conectividade, respeitando a autonomia dos mesmos;
- Articular e apoiar as lutas dos movimentos da população pelos seus direitos (habitação digna, educação, profissionalização, saúde, transportes, questões ambientais e culturais, tendo em consideração diferenciações étnicas, nomeadamente respeitantes à população afro-descendente, população cabocla, e população branca empobrecida);
- Participar em e articular ações com conselhos e fóruns de políticas públicas, no sentido de lutar pelo acesso da população às políticas sociais;
- Respeitar e defender a diversidade humana, combatendo desigualdades sociais, partindo das questões de género, etnia e classe;
- Construir espaços de escuta dos processos de conflito e mediação destes processos na comunidade na relação micro-macro.

Partindo destes elementos, a nossa experiência [3] tem-se consolidado como um caminho possível de construção de redes de conexão entre a sociedade civil organizada, o Estado e a iniciativa privada. Trata-se de espaços onde a partilha da escuta também se realiza entre grupos opostos, interno e externamente, procurando um caminho de reciprocidade e interação entre sujeitos.



Crianças envolvidas em projetos da Instituto Vilson Groh (IVG). Fotografia de IVG.

## Teoria da P@x

Estes aspectos têm permitido a atuação e articulação em rede, tanto no sentido macro quanto micro. No plano micro, a identificação de sujeitos coletivos nos territórios, tais como escolas, associações, unidades de saúde, centros de cultura, entre outros, tem um papel central na luta e articulação pelo direito a uma cidade mais justa e igualitária. Como afirma David Harvey (2008), o direito à cidade corresponde ao direito das pessoas de ter acesso ao que existe na metrópole, como por exemplo serviços de transporte, saúde, educação, entre outros, mas também ao direito de participar da construção e transformação do tecido urbano, o que compreende a criação de mecanismos de base até à gestão da cidade.

Dentro deste processo e contexto inserimos a mediação, que se relaciona com a concepção de conectividade, de interação entre realidade e grupos, atuando em consonância e não em oposição, mas que vai transgredindo na construção e desconstrução de novos espaços, ou seja, numa esfera pública não estatal de controle social.

A poesia de João Cabral de Melo Neto, que está na saída da minha casa, e para onde olho todos os dias, alimenta-me: “Que juntos somos e nos percebemos, onde a solidariedade nasce, senão nos envergonhamos da carne do irmão, ou seja, da pele do outro, colocando-se no lugar dele (a) e partindo dele (a) e com ele (a).”

### Tecendo a Manhã

Um galo sozinho não tece uma manhã: ele precisará sempre de outros galos. De um que apanhe esse grito que ele e o lance a outro; de um outro galo que apanhe o grito de um galo antes e o lance a outro; e de outros galos que com muitos outros galos se cruzem os fios de sol de seus gritos de galo, para que a manhã, desde uma teia tênue, se vá tecendo, entre todos os galos.

E se encorpando em tela, entre todos, se erguendo tenda, onde entrem todos, se entretendendo para todos, no toldo (a manhã) que plana livre de armação. A manhã, toldo de um tecido tão aéreo que, tecido, se eleva por si: luz balão.

*Vilson Groh*

[romerosc@uol.com.br](mailto:romerosc@uol.com.br)

*Kátia Madeira*

[krmadeira@yahoo.com.br](mailto:krmadeira@yahoo.com.br)

Vilson Groh é licenciado em Teologia pelo Instituto Teológico de Santa Catarina (ITESC) e mestre em Educação pela Universidade Federal de Santa Catarina. A sua dissertação de mestrado intitula-se “Labirintos de Esperança”. Atualmente é presidente do Instituto Pe. Vilson Groh,.

Kátia R. Madeira é licenciada em Serviço Social pela Universidade Federal de Santa Catarina (1988) e mestre em Serviço Social pela Universidade Federal de Santa Catarina (2009). Atualmente é Diretora do União Catarinense de Educação. Tem atuado principalmente nas seguintes áreas: direitos humanos, política social, serviço social, e planejamento.

### Notas

[1] O Instituto Pe. Vilson Groh foi criado em 21 de janeiro de 2010 a partir de uma intensa reflexão sobre a importância de institucionalizar uma rede de organizações que já atuavam em parceria, reforçando os seus laços e garantindo uma maior sinergia de trabalho.

[2] São sete organizações que compõe a Rede IVG: Centro Cultural Escrava Anastácia, Centro de Evangelização e Educação Popular, Casa da Criança do Morro do Mocotó, Escola Marista Lúcia Mayvorne, Escola Marista São José, Associação João Paulo II e Centro Social Elizabeth Sarkamp. Estas organizações atenderam, em 2012, um total de 4.327 pessoas, principalmente crianças, e, indiretamente, 17.308 pessoas.

[3] Vivências e pesquisas do IVG nos projetos e territórios onde atuam.

## Teoria da P@x

[3] Vivências e pesquisas do IVG nos projetos e territórios onde atuam.

### Referências bibliográficas

IDHA (2009) *Índice de Homicídios na Adolescência: Análise preliminar dos homicídios em 267 municípios brasileiros com mais de 100 mil habitantes*. Secretaria Nacional de Direitos Humanos  
<http://portal.mj.gov.br/sedh/documentos/idha.pdf>

Groh, V. (1989) *Labirinto de Esperança*. Dissertação de mestrado em educação. Universidade Federal de Santa Catarina.

Harvey, D. (2005) *A produção Capitalista do espaço*. Annablume.

Scherer-Warren, I. (2008) *Movimentos sociais e/no Estado: nexos para uma política emancipatória*. UFSC-NPMS.

Souza, C. (2001) Construção e consolidação de instituições democráticas: papel do orçamento participativo São Paulo em Perspectiva, Vol.15 no. 4. São Paulo.

## Teoria da P@x

### CULTIVAR O PODER NÃO-DOMINADOR E A REDUÇÃO DA VIOLÊNCIA NAS MARGENS “EM DESORDEM”

É comum as pessoas pensarem em "poder" como pertencendo ao centro e "violência" como algo que diz respeito às fronteiras ou às margens sociais. Tal pensamento reflete o nosso desejo de ordem e ordenação, bem como as suposições que temos sobre a natureza da ordem e da desordem. O nosso desejo por ordem pode, no entanto, tornar-se perigoso quando trabalhamos em situações complexas de desordem. Este desejo pode cegar o nosso entendimento. As nossas periferias sociais também são expressões dos processos de ordenação no centro. Nessas extremidades, a vida é vivida intensamente e em grande insegurança à medida que as pessoas lutam para obter as fontes materiais e emocionais de sobrevivência. Para os e as profissionais que trabalham nestas áreas há vários desafios, mas, talvez, o primeiro seja lidar com a ordenação que construiu as suas próprias visões de mundo. Tal sistema é em si um produto da forma como o poder constrói a nossa subjetividade. O/a profissional deve em primeiro lugar ver-se si mesmo ou a si mesma como sujeito a e, por vezes, participante nos processos de ordenação, o que leva alguns a sentir-se menos relevantes do que outros. Por trás dos processos de ordenação existe poder.

Muito tem sido escrito sobre o poder, mas não o suficiente, na minha opinião. Existem atualmente algumas desconstruções valiosas do poder. Sabemos que o poder tem muitas faces, como analisou Stephen Lukes (2005). Pode envolver o poder de fazer com que alguém faça algo contra a sua vontade, ou o poder de garantir que um determinado tema nunca seja colocado na agenda, pode incluir o poder secreto e invisível, bem como o poder dominador, tão comum em nossas sociedades. Foucault (2002) ajuda-nos a entender como o poder constrói o sentido de quem somos e do que somos capazes. O/a profissional está tão sujeito/a a isto quanto os/as empresários/as ricos/as e as pessoas mais pobres da população urbana. As nossas estruturas e ordenamentos constroem o nosso

sentido de identidade e, assim, atuamos conforme os guiões que parecem ser escritos para nós sobre o que podemos e não podemos fazer na vida e no mundo.

Também sabemos que em muitas comunidades periféricas, onde o poder, muitas vezes, não concluiu a sua ordenação e subjetivação, há muitas pessoas que rejeitam o que percebem como o poder dos/as poderosos/as. No meu trabalho com comunidades muito pobres, multiétnicas, no norte da Inglaterra, eu percebi que as pessoas têm um ceticismo saudável sobre tal poder. Quando lhes perguntei o que é que poder significava para eles, disseram-me: 'permitir, partilhar, ouvir, cooperar' (Pearce, 2012). Isso é o que eu chamo de "poder não-dominador", e acho que uma das questões mais interessantes do nosso tempo é saber como é que este tipo de poder "cresce" ou surge? No meu entender, e seguindo o trabalho de uma das pioneiras do pensamento sobre poder do início do século XX, Mary Parker Follett (1925/40), é possível cultivá-lo através de esforços coletivos, em que as pessoas são valorizadas e reconhecidas como tendo igual valor, subvertendo as ordens de merecimento e inutilidade e permitindo que as pessoas reescrevam os seus próprios 'guiões'.

O que é que isto tem a ver com a violência? Nestes contextos marginais, uma forma de fingir a desvalorização é a violência, particularmente quando os homens são tidos como mais viris à medida que mostram maior capacidade para ferir outros. A violência é reproduzida em contextos de impotência, onde a busca pelo poder dominante é muitas vezes a única maneira de ganhar estatuto, reconhecimento e bens materiais.

Será que ao cultivar o 'poder não-dominador' poderíamos contribuir para a redução da violência? Esta é uma questão para a investigação empírica. Mas também é algo para o qual os/as profissionais podem estar alerta. A 'consciência discursiva do poder' (Haugaard, 2003) significa que nos tornamos

## Teoria da P@x

conscientes sobre a forma como tacitamente reconfirmamos as estruturas de poder, mas também sobre como 'outras' formas de poder podem ser possíveis. Assim, as pessoas envolvidas na prática de mediação e outras abordagens para reduzir a violência, podem levar em consideração o "poder" nas suas práticas, se já não o fazem, e testar a sua relação com o uso da violência.

A minha proposta é a de que o poder que reconhece o valor do outro, que favorece a interação humana cooperativa ao longo do tempo, que liberta as pessoas dos seus 'guiões' padrão, não só desafia a normalização do poder dominante, mas também a vontade de usar a violência no decurso da sua procura. O poder não-dominador cresce de acordo com a forma como o conflito, o desacordo e a diferença são abordados, transformando-os em instrumentos não-violentos e produtivos para a mudança acordada entre os atores que respeitam o valor do outro de forma equivalente (Pearce, 2013). O aumento deste poder também deve gerar uma ação efetiva no sentido da mudança. Outro significado de poder é a capacidade de agir ou 'potência'. A minha pergunta final é, portanto, como pode o poder não-dominador ser eficaz sem reproduzir o poder dominador?

Jenny Pearce

[j.v.pearce@bradford.ac.uk](mailto:j.v.pearce@bradford.ac.uk)

Jenny Pearce é Professora de Estudos Latino-Americanos e Diretora do *International Centre for Participation Studies in Peace Studies*, Universidade de Bradford. A sua investigação centra-se em violências complexas e respetivos impactos sobre a participação e transformação social na América Latina; em trazer conhecimentos e aprendizagens sobre o Sul global para o norte de Inglaterra e em metodologias de investigação para co-produzir conhecimentos para a transformação social.

### Referências bibliográficas

Follett, M.P. (1925/1940) "Power". In H. Metcalf and L. Urwick (eds.) *The Collected Papers of Mary Parker Follett*, pp. 95–116. New York: Harper and Brothers.

Follett, M.P. (1925/1940) "Power". In H. Metcalf and L. Urwick (eds.) *The Collected Papers of Mary Parker Follett*, pp. 95–116. New York: Harper and Brothers.

Foucault, M. (1982/2002) "The Subject and Power". In J. Faubion (ed.) *Michel Foucault: Power* (The Essential Works of Foucault 1954–1984) Volume 3, pp. 326–48. London: Penguin Books.

Haugaard, M. (2003) "Reflections on Seven Ways of Creating Power", *European Journal of Social Theory* 6(1): 87–113.

Pearce, J. (2012) "Power in Community: A Research and Social Action Scoping Review". <http://www.ahrc.ac.uk/Funding-Opportunities/Pages/Connected-Communities-Scoping-Studies-and-Research-Reviews.aspx>

Pearce, J. (2013) "Power and the 21st Century Activist: From the Neighbourhood to the Square", *Development and Change*, 44 (3), May: 639-664

## Observatório da P@x

### Recursos sobre Intervenções de Terceiros

- Alexander, Nadja (2011) **"The Mediation Meta-Model - the realities of mediation practice,"** *ADR Bulletin*, Vol. 12: No. 6, Article 5. <http://epublications.bond.edu.au/adr/vol12/iss6/5>
- Mitchell, C. R.; Hancock, L. E. (2012) **Local peacebuilding and national peace: Interaction between grassroots and elite processes.** London: Continuum.
- Abello Colak, A.; Pearce, J. V. (2009) **"Security from Below in Contexts of Chronic Violence"**. *IDS Bulletin*, v. 40, n. 2, p. 11-19.
- Murdock, J.; Ordway, J. e Peña, H. (2009) **"Los avances de la mediación en la región latinoamericana: Un estudio realizado para conmemorar el día nacional de la mediación en El Salvador"**, artigo submetido ao governo de El Salvador.
- Baird, A. (2009) **"Methodological Dilemmas: Researching Violent Young Men in Medellin, Colombia"**, *IDS Bulletin*, v. 40, n. 3, p. 72-77.
- Pearce, J. V.; McGeeC, R. (2011) **"Violence, Security and Democracy: Perverse Interfaces and their Implications for States and Citizens in the Global South"**. *IDS Working Papers #357*. 2011.
- Botes, J. (2003) **"Informal Roles"**. In S. Cheldelin, D. Druckman e Fast, L. (eds.) *Conflict: From Analysis to Intervention*.
- Serran, J.F. e Baird, A. (2013) **Paso a paso. Una mirada a los conflictos colombianos desde los estudios de paz.** Universidad Javeriana (Bogotá-Colombia)
- Fontan, V. (2012) **Decolonizing Peace.** Dignity Press - World Dignity University Press.
- Jarrett, B. (2012) **"Moving Beyond Brands: Integrating Approaches to Mediation"**, *Alaska Justice Forum*, 29. <http://justice.uaa.alaska.edu/occasionalpapers/op03.mediation.pdf>
- Wheeler, J. (2009) **"Risk and Fear in Researching Violence"**. *IDS Bulletin*, v. 40, n. 3, p. 94-96, 2009.
- Kelman, H. C. (1992) **"Informal mediation by the scholar/practitioner"**. In Bercovitch, J. E Rubin J. Z. (eds.) *Mediation in International Relations: Multiple Approaches to Conflict Management*. Nova Iorque: St. Martin's Press, 64-96.
- Wilding, P. (2013) **"Gendered meanings and everyday experiences of violence in urban Brazil"**. *Gender, Place & Culture: A Journal of Feminist Geography*, <http://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/0966369X.2013.769430#preview>

## Fazedores de Pazes

### **Development Research Centre – Citizenship in Violent Settings**

<http://www.drc-citizenship.org/pages/citizenship-in-violent-settings>

O *Development Research Centre on Citizenship, Participation and Accountability* (Citizenship DRC) dedica-se a investigar como os/as cidadãos/ãs “responsabilizam as instituições pelas suas ações e reivindicam os seus direitos.” Tomando como ponto de partida investigações realizadas no Norte e no Sul Globais, o enfoque do Centro é realizar “investigação de longo-prazo com o objetivo de produzir novos conhecimentos, disseminá-los de forma ampla, especialmente junto pelos/as decisores/as políticas e profissionais, e reforçar as capacidades dos parceiros institucionais para levar a cabo investigação, comunicação e diálogo com e capacidade de influência da esfera política.”

### **International Centre for Participation Studies**

<http://www.bradford.ac.uk/ssis/icps/>

O objetivo do ICPS, sediado na Universidade de Bradford (Reino Unido), é desenvolver investigação sobre “os significados e as práticas de participação e as suas relações com a construção de condições para uma vida sem violência, capaz de dar resposta a crises complexas de natureza humana e natural no século XXI.”

### **PRASI – Practitioners Research and Scholarship Institute**

<http://www.prasi.org/>

O trabalho do PRASI visa promover a unidade da investigação e da prática de resolução de conflitos que tem como orientação a prática que procura identificar e dar resposta às necessidades das pessoas de cor e outras que são geralmente ignorados por ambos os/as profissionais e utilizadores de resolução de conflitos.

### **Instituto Vilson Groh**

[www.ivg.net.br](http://www.ivg.net.br)

O IVG trabalha em prol da inclusão social e promoção de oportunidades para milhares de crianças, adolescentes, jovens e população adulta na cidade de Florianópolis, Santa Catarina, Brasil. O trabalho do Instituto também se estende ao domínio da resolução de conflitos e à proteção de crianças em situação de violência e a promoção de alternativas para jovens envolvidos/as no mundo do tráfico de drogas e da criminalidade organizada.

**Underground Sociabilities**

<http://www.psych.lse.ac.uk/undergroundsociabilities/index.php>

Trata-se de uma “investigação internacional, interinstitucional sobre as formas através das quais as favelas no Rio de Janeiro estão a usar as atividades culturais bem como as suas identidades subjetivas e imaginação para regenerar as esferas públicas e construir futuros positivos para os e as jovens em situações de risco, como consumo de drogas, violência e guerras entre grupos de traficantes de droga.”

**Urban Resilience in Situations of Chronic Violence (URCV)**

<http://www.urbanresilience.org/index.html>

O objetivo do projeto URCV é compilar e divulgar uma “maior base de conhecimentos sobre as dinâmicas de resiliência urbana em situações de violência e insegurança, tendo em vista auxiliar decisores/as políticos, especialistas em planeamento urbano e outros/as profissionais a pensar como agir de forma adequada.”

**A Toolkit for Resilience in Situations of Chronic Violence**

[http://web.mit.edu/cis/urban\\_resilience\\_toolkit.pdf](http://web.mit.edu/cis/urban_resilience_toolkit.pdf)

Este manual foi elaborado pela Agência norte-americana para o Desenvolvimento Internacional (USAID) e o Instituto Tecnológico de Massachusetts (MIT) e explora questões centrais, lições aprendidas e recomendações sobre a promoção de resiliência urbana. Incluem-se ideias sobre o desenvolvimento de capacidades de comunidades que são confrontadas com a presença atores armados e discutem-se exemplos de iniciativas ao nível das relações horizontais (por exemplo, intra-comunidades ou entre bairros) e verticais (Estado-comunidade) que têm sido usadas para apoiar a autonomia relativa das comunidades.

## SERÁ QUE REALMENTE ENTENDEMOS A SITUAÇÃO EM QUE ESTAMOS A INTERVIR?

Um estudo de caso macro-micro sobre a "caixa preta" das práticas de construção da paz ao nível da comunidade no contexto de transição e de profunda desigualdade na África do Sul foi concluído recentemente (Henkeman, 2013). O estudo descobriu quatro lacunas na atividade dos/as mediadores/as relacionadas com a sua (i) formação, (ii) prática, (iii) entendimento conceitual, e (iv) capacidade de abordar o conflito num contexto histórico sempre que tal se justifique para promover a justiça social e a consolidação da paz a longo prazo. Os/as mediadores/as demonstraram as seguintes manifestações de negação: cegueira processual, surdez e um silêncio cúmplice sobre a interação de formas de violência do passado e do presente. Verificou-se que os/as profissionais não foram treinados/as para reconhecer nem registar os padrões de *interação* de fatores individuais e estruturais nos casos que mediam. Também não foram treinados/as para sensibilizar nem as vítimas nem os agressores, ou informá-los ou educá-los sobre as forças sociais que moldam os ambientes em que vivem.

Esta investigação nasceu da crescente dissonância que eu comecei a experimentar enquanto um profissional negra no contexto desigual e de transição na África do Sul. Muitos dos processos falharam em resultado de atitudes, comportamentos e situações enraizadas na crescente desigualdade, na inferioridade internalizada e superioridade interiorizada que decorrem diretamente da história do colonialismo na África do Sul e do apartheid (Henkeman, 2010: 731-733). O meu próprio trauma intergeracional não resolvido era constantemente ativado pela "matriz de dominação" (Hill Collins, 2000) entre os grupos raciais. Na altura, eu não tinha as "ferramentas conceituais" para nomear e enquadrar esses fatores "invisíveis". Resolvi distanciar-me e embarquei num longo processo de reflexão, leitura, observação e estudo formal dos processos de paz (e no qual esta reflexão se baseia). Após esta jornada, a minha determinação saiu reforçada no sentido de procurar promover a conscientização e a tomada de consciência sobre os nossos pontos cegos enquanto agentes de construção da paz,

na esperança de "não provocar danos" (*Do no harm*).

Muitos/as agentes de construção da paz não levam em consideração a *interação* entre as violências trans-históricas culturais, estruturais e particularmente os efeitos da violência psicológica no quadro de análise quando estão a mediar incidentes de violência direta. Tendem a concentrar-se principalmente nos níveis intra- e interpessoais, que, apesar de importantes, não são suficientes para lidar com as violências culturais, estruturais e psicológicas que invisivelmente sustentam os conflitos e bloqueiam as tentativas de transformação. Os/as mediadores/as fazem isso através do uso de competências de comunicação, análise e de resolução de problemas (i) para levar as partes a "assumir a responsabilidade" pelos seus papéis no conflito, (ii) para construir confiança, relacionamentos e entendimento entre as partes em conflito, e (iii) para ajudar as partes a "resolverem" o conflito em causa através da celebração de um acordo (normalmente um acordo assinado). Se houver acompanhamento depois desta etapa, este limita-se aos termos do acordo. Esta realidade vai ao encontro do modelo de mediação dominante, que não dota os/as profissionais da capacidade de tomar em consideração os vetores culturais, estruturais e psicológicos da violência física.

Neves sugere que os/as mediadores/as podem alargar e aprofundar o efeito do seu trabalho quando identificam os "conflitos recorrentes entre tipos semelhantes de atores sociais" e, posteriormente, abordam estes conflitos "em sua estrutura e não apenas em termos individuais" (2009:492). Se a formação e a prática de mediação for complementada com conteúdos contextuais e "sensíveis aos elementos estruturais", vai ser capaz de fazer face às lacunas contextuais, conceituais identificadas na formação e prática de mediação.

As seguintes reflexões sobre as lacunas encontradas nas práticas de construção da paz no contexto Sul-Africano e sobre as possíveis formas de lhes dar resposta (Henkeman, 2013: 246-251) podem ser úteis em outros contextos marcados pela desigualdade:

**Estudos sobre a P@X**

- Não é simples tomar em consideração a violência cultural, estrutural, física e psicológica trans-históricas numa situação de transição. O imperativo político para “esquecer o passado” leva a que muitos elementos na sociedade, incluindo académicos, confundam as fronteiras entre a política e o conhecimento.

- Muitos/as profissionais, que não refletem sobre a sua prática, reafirmam de forma não intencional o *status quo* desigual, contribuindo assim para mascarar as fontes “mais profundas e prolongadas” da violência.

- Os/as profissionais precisam de um tipo de formação que desenvolva as suas capacidades analíticas para identificar padrões e conexões no conhecimento tácito e explícito que já têm sobre a sociedade em que estão inseridos/as; e reconhecer novos factos nestes padrões.

- Se os/as profissionais forem treinados/as para “ver”, “ouvir” e “articular” padrões mais profundos e amplos nos casos que mediam, podem tornar visível a *interação* de diferentes formas de violência. Isto pode aumentar a percepção e consciência das partes relativamente às suas circunstâncias, contribuir para o conhecimento académico, e consubstanciar recomendações adequadas para políticas públicas de resposta e prevenção da violência.

- O conhecimento resultante da experiência de mediação pode informar ações de formação progressivas e literatura educativa para tornar a formação em mediação “sensível aos elementos estruturais” (Dyck, 2006: 530), baseando-se na partilha de informação, sensibilização, bem como na educação e ação para *construir consciência crítica*.

- Por sua vez, a existência de profissionais mais conscientes e devidamente formados/as facilitará os processos que têm melhores hipóteses de fazer avançar a construção da paz no longo prazo em contextos marcados pela desigualdade. O mesmo se aplica às partes, cujo conhecimento coletivo vai contribuir para o aumento da paz negativa e o início do processo de construção da paz positiva a longo prazo.

Em suma, a principal lição sobre o ato de “intervir” em contextos de violência - é a compreensão da natureza interligada da violência, dos seus múltiplos aspectos e como algumas formas de violência, ainda que letais, são invisibilizadas pela ênfase que é colocada sobre as outras expressões violentas. Por exemplo, poucos académicos se referem à violência psicológica e suas repercussões (por exemplo, o trauma histórico, também conhecido como a “alma ferida” dos colonizados e oprimidos) e ao seu papel na violência direta. Da mesma forma, as diferentes formas de violência cultural (por exemplo, as conspirações de silêncio) e suas consequências podem fazer parte de “estados de negação” especialmente numa situação de pós-acordo de paz, em que as pessoas são incentivadas a “esquecer o passado”. As consequências da desigualdade trans-histórica (violência estrutural) são raramente tratadas em situações de mediação, assim como a crescente desigualdade, causada por políticas económicas neoliberais, é mal entendida pelos não-economistas. Como construtores/as da paz, temos de ser claros sobre a “situação em que estamos a intervir”; uma vez que recai sobre nós a responsabilidade de tomarmos consciência das suas causas e efeitos geralmente considerados como “externalidades” (Galtung, 1996: viii).

Sarah Malotane Henkeman

[resource@netactive.co.za](mailto:resource@netactive.co.za)

Dr. Henkeman é uma académica/profissional independente e investigadora associada do *Social Law Project* da Universidade de Western Cape, África do Sul. Durante o *apartheid* trabalhou para organizações de interesse público que lutaram de forma não violenta contra os excessos do *apartheid*. Durante as primeiras eleições democráticas foi nomeada co-coordenadora dos Serviços de Mediação pela Comissão Independente Eleitoral. Atualmente trabalha em projetos de construção da paz dentro e fora da África do Sul.

**Estudos sobre a P@X**

**Referências bibliográficas**

Dyck, D. (2006) *Reaching toward a structurally responsive training and practice of restorative justice*. In Sullivan, D., & Tift, L. *Handbook of restorative justice: a global perspective*. London: Routledge.

Galtung, J. (1996) *Peace by peaceful means: peace and conflict, development and civilization*. Oslo: International Peace Research Institute.

Henkeman, S.R. (2010) *Mediator's dilemma: Mediation in South Africa – an unequal, deeply divided, transitional society*. In *Tidsskrift for Norsk Psykologforening*. Oslo. 47, 731–733.

Henkeman, S.R. (2013) *Restorative Justice as a peacebuilding tool: a South African case study*: Unpublished PhD thesis. University of KwaZulu Natal, Durban.

Neves, T. (2009) "Practice Note: Community Mediation as Social Intervention". *Conflict Resolution Quarterly Special Issue: Colloquy Edition: Challenging the Dominant Paradigms in Alternative Dispute Resolution*, Volume 26, Issue 4, pp. 481–495.

**Estudos sobre  
a P@X**

## MEDIANDO A JUSTIÇA

Infelizmente, a intervenção em situações de conflito, sob a forma de mediação ou de outras modalidades de *face-a-face*, não vai resolver os problemas da violência no mundo. Profundamente enraizada nas injustiças sistêmicas, a violência pode ser amenizada pelas nossas práticas, mas as intervenções realmente necessárias são de género político. A ação coletiva que desafia as desigualdades e discriminação em todos os lugares é a mais indicada.

As técnicas de intervenção em contextos de conflito podem ajudar a construir a solidariedade entre as pessoas que estão prontas para agir no sentido de estimular mudanças sociais profundas. Quantas vezes ouço as pessoas dizerem: "Eu não suporto o mundo do jeito que é. Mas não sei o que fazer para mudar". Aqui reside a contradição: pessoas isoladas ponderando a natureza de uma ação transformadora têm falhas da imaginação, quando o ato mais criativo que podemos realizar é unir-nos para pensar e agir em conjunto.

Em grande parte do mundo ocidental, nós não fazemos isso porque somos condicionados/socializados a acreditar que precisamos de demonstrar conhecimentos a fim de ter valor e, portanto, ganhar o direito de nos associarmos e agirmos. Ao mesmo tempo, somos ensinados que o nosso conhecimento mais intuitivo é ilegítimo; que o conhecimento a partir de fontes credenciadas substitui o que sabemos a partir das nossas experiências de vida. Esta opressão internalizada mantém-nos passivos e isolados, precisamente uma das condições que permitem violências por parte do Estado e incentivam a violência entre pares, seja entre jovens ou de homens em relação às mulheres.

Acredito que os aspectos mais importantes da minha prática são aqueles que desafiam a distribuição de poder entre os meus clientes ao mesmo tempo que legitimam a experiência subjetiva como um conhecimento fundamental. A sabedoria convencional dos/as mediadores/as considera que o ato de colaboração entre as partes em disputa para

resolver os seus próprios conflitos constitui um processo que "empodera" as pessoas. Acredito que isto pode acontecer, mas trata-se de uma visão fraca de poder. Apesar de a estrutura de mediação poder ser útil, este tipo de intervenções de terceiros ainda envolve um/a "profissional", ou seja, uma pessoa guardiã do conhecimento. Ainda que a pessoa em causa seja "neutra", a própria natureza do procedimento inevitavelmente comunica certos valores e preconceitos, uma vez que estamos condicionados a privilegiar a perícia e a considerá-la como um elemento mais legítimo do que a experiência.



Beth Roy

Mais significativamente, as minhas práticas honram a subjetividade como o ingrediente essencial em processos da análise e de negociação. Ao incentivar a expressão plena e respeitosa das emoções, guiando a escuta, bem como a fala, e ainda mais importante, facilitando o processo através do qual as pessoas podem conversar sobre os seus pressupostos e intuições, os/as clientes muitas vezes sentem que estão a ser entendidos de forma única ou distinta. Eu intervenho ativamente nesse diálogo, como conselheira, ativista e professora. A minha defesa daqueles cuja realidade é mais frequentemente negada é crucial. Eu não me vejo como neutra. Para mim, qualquer intervenção ou é um reforço da hierarquia ou um ato social que desafia, porque o exercício injusto do poder é omnipresente. Para aquele que presencia a legitimação da sua realidade tal corresponde a uma experiência emocional de

**Estudos sobre  
a P@X**

eficácia que contraria as mensagens sociais dominantes que pessoas sem privilégios internalizaram durante toda a vida. À medida que o diálogo avança, as vozes das pessoas deixam de vacilar, cresce a confiança, e cada vez mais as informações necessárias para conduzir uma negociação verdadeiramente colaborativa são reveladas por todas as pessoas envolvidas.

Durante este processo, eu não me vejo como imparcial, mas como "poli-parcial", um termo que eu inventei meio em tom de brincadeira há muitos anos. Com isto quero dizer que, embora eu esteja advogando em prol daqueles/as com menos poder social, também estou consciente de que as pessoas com mais poder são igualmente desumanizados por isso mesmo. Então, orientar quem está no momento numa posição de liderança a compartilhar o poder equitativamente é uma coisa positiva. Reequilibrar os poderes é um ato que alivia ambos os lados da equação. Somente depois disto, é que pode ter lugar uma negociação com verdadeiro potencial para resolver as fontes do conflito.

Como é que este trabalho se relaciona com a construção de um mundo sem violência? Claramente, a condição que torna impossível um diálogo igualitário é a ameaça de violência entre as pessoas envolvidas. Por outro lado, tudo o que aprendemos sobre as dinâmicas de poder e sua reificação ajuda-nos a realizar um trabalho eficaz com grupos de pessoas que trabalham em prol de mudanças sociais. Quantas vezes formas necessárias de ativismo falham em virtude da competição entre pessoas sobre o caminho certo a tomar! A solidariedade é abalada sem querer quando as pessoas negociam entre as dinâmicas de poder baseadas em classe, raça, e gênero sem consciência desse facto e sem formas de perceber o que desconhecem. Ter acesso a meios eficazes de lidar e aprender com os conflitos, de formar laços mais fortes de aliança e encontrar modos mais eficazes de ativismo, trabalhando com as diferenças, e, mais importante ainda, superar sistemas enraizados de dominação, mesmo entre companheiros, são contribuições preciosas para a construção de uma sociedade pacífica.

Beth Roy

broy@igc.org

Beth Roy é doutorada e é mediadora na área de San Francisco. Licenciou-se em sociologia na Universidade da Califórnia, Berkeley, onde lecciona no programa de Estudos sobre Paz e Conflitos. Dr. Roy é fundadora do *Practitioners Research and Scholarship Institute* (PRASI), uma rede de escritores/as dedicados/as a apoiar autores/as académicos/as e outros a considerar a experiência de vida como base da investigação. Entre as suas publicações inclui-se o volume co-editado *Re-Centering Culture and Knowledge in Conflict Resolution Practice* (Syracuse University Press, 2008).

## Estudos sobre a P@X

## A NATUREZA DOS CONFLITOS NÃO RESOLVIDOS

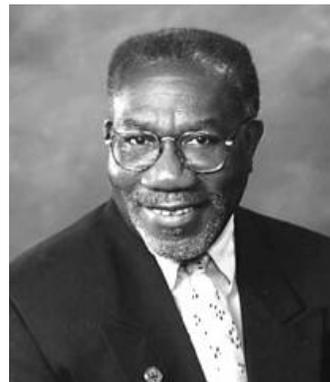
Em fevereiro de 2012, a cidade de Sanford, na Flórida central, foi inesperadamente abalada pela trágica morte de Trayvon Martin e as circunstâncias sombrias em torno da briga que levou à sua morte. A reação do Departamento de Polícia de Sanford, ao não fazer a detenção imediata de George Zimmerman, chamou a atenção nacional dos meios de comunicação, organizações de direitos civis, órgãos de justiça social, o Departamento de Justiça, as agências de aplicação da lei, o Gabinete do Governador, as organizações religiosas, grupos neo-nazistas, o Novo Partido dos Panteras Negras, os *Dream Defenders*, etc.

Estes grupos assumiram uma postura assertiva e vocal, tanto de um lado quanto de outro, sobre a questão da detenção. A comunidade negra, em especial, atingiu níveis de crise, e a comunicação nas negociações entre as autoridades da cidade e os/as cidadãos/as em causa deteriorou-se e transformou-se em acusações, exigências e ameaças. Nunca, desde o caso Rodney King, em 1991, a imprensa, as organizações religiosas, os grupos de ativistas, e o público em geral tiveram tanto interesse no papel, nas funções e no desempenho de um departamento de polícia. Infelizmente, à medida que o tempo decorria entre o incidente e a prisão do réu, mais a comunidade lembrava a história das injustiças sociais, das desigualdades, dos preconceitos e do racismo. Com o passar do tempo, as comunidades dentro da cidade de Sanford ficaram cada vez mais divididas e polarizadas. O caso de Trayvon Martin foi visto por muitos como o ponto de inflexão e simbolizou para muitos uma grande injustiça, o que fez com que dissessem: já chega, é hora de mudança.

Quando uma pessoa de cor é vítima de um crime violento nas mãos de uma pessoa de raça diferente, e se existe a percepção de que há, ou de facto há, um atraso na administração da justiça, cria-se a base para que um conflito longo e não resolvido venha à tona. O incidente em Sanford tornou-se o catalisador para a emergência de conflitos arraigados entre a polícia, funcionários/as eleitos/as, o gestor municipal e a comunidade. Se o departamento de polícia e as autoridades da cidade não adotarem uma abordagem pró-ativa e uma

estratégia de gestão de conflitos bem pensada, o incidente poderá transformar-se rapidamente em uma questão racial premente e começar a assumir vida própria.

Normalmente, quando isso ocorre, o incidente provoca uma espiral descendente nas relações da polícia comunitária e nas relações comunidade-governo. Infelizmente, as pessoas com poucos conhecimentos sobre o funcionamento do processo de políticas públicas, relações governamentais e do sistema de justiça criminal ou de resolução de litígios, muitas vezes surgem como porta-vozes e influenciam negativamente o pensamento dos/as demais. À medida que as relações se deterioram, as estratégias de gestão de conflitos podem minimizar a possibilidade de confrontações. Estas incluem, mas não estão limitadas a: diálogo aberto, mediação, conversas na comunidade, facilitação e negociação com a comunidade em geral, e a liderança é um fator crítico.



Andrew Thomas

Quando as linhas de comunicação e percepção de boa-fé diminuem, a comunidade começa a sentir que a polícia e a administração da cidade são um obstáculo, o que faz com que alguns membros da comunidade reflitam sobre a má relação histórica que têm com a polícia. Esta reflexão sobre a história dos negros e a polícia alimenta uma variedade de histórias de terror, tanto localmente quanto nacionalmente, bem como ressentimento sobre as injustiças.

**Estudos sobre  
a P@X**

A vontade de fazer algo sobre a situação cresce e uma audiência nacional começa a apoiar e incentivar formas de ativismo locais mais agressivas na busca de "justiça".

### Escalada do conflito

A seguir apresentam-se algumas das dinâmicas que muitas vezes ocorrem neste tipo de conflitos. As etapas do processo são adotadas a partir de *Managing Public Disputes*, de Carpenter e Kennedy (1988). Quanto maior for a duração do conflito, mais evidente é a espiral de escalada, gerando emoções e potencial de violência.

Formação das partes: A relutância e cautela para falar sobre a situação por parte da polícia e da administração da cidade são vistas como obstrução e interpretadas como encobrimento, falsidade, e o retorno às antigas práticas policiais.

Posições solidificam-se: As pessoas falam mais com outras pessoas que têm pontos de vista semelhantes, e menos com pessoas que não concordam com elas (por exemplo, a polícia, funcionários/as municipais e da administração da cidade, etc.)

A comunicação pára: Quando a comunicação pára, o departamento de polícia é percebido como se não respondesse com rapidez suficiente, como mentiroso e insensível à injustiça.

Recursos estão comprometidos: as posições endurecem, a comunicação essencialmente pára, e as vozes radicais tornam-se mais influentes e mais frequentes.

O conflito sai da comunidade: Quanto maior é a duração do conflito, maior é a probabilidade de que os grupos comunitários comecem a olhar para fora da comunidade a fim de obter apoio e poder.

As percepções ficam distorcidas: Quando as percepções ficam distorcidas, as lideranças comunitárias perdem a objetividade na sua visão sobre o caráter do departamento de polícia, sua boa-fé e motivações. As questões tornam-se "preto e branco" e passam a ser impulsionadas pela necessidade de provar que "eu" estou certo.

Emerge a sensação de crise: A comunidade divide-se em facções e a situação é marcada pela desesperança. As pessoas estão dispostas a suportar os custos ainda mais elevados porque o objetivo agora é ganhar a qualquer custo ou "por todos os meios necessários".

Custo de Gestão de conflitos não resolvidos: O custo do gerenciamento de conflitos longos não resolvidos pode ser elevado:

- Custos para a segurança pública da cidade, serviços médicos e de emergência pública em resultado dos comícios, passeatas e protestos previstos;
- Custos das relações humanas associados à reconstrução das relações com a comunidade;
- Rotatividade dos/as funcionários/as;
- Reconstrução da imagem local, nacional e internacional da cidade;
- Comercialização, a capacidade da cidade para atrair novas empresas para a cidade;
- Perda de rendimentos para as empresas já existentes.

Estratégias: É essencial desenvolver estratégias e um plano para guiar o processo. De seguida, identificam-se algumas estratégias que podem ser úteis.

- Estabelecer uma equipa para pensar estrategicamente através do "e se" e identificar possíveis acordos.
- Estar disposto/a a ouvir a comunidade e reconhecer as injustiças e desigualdades que possam ter ocorrido no passado na comunidade.
- Identificar os recursos disponíveis a nível local, estadual e nacional, disponíveis para a cidade.
- Identificar as parcerias-chaves e construir pontes para melhorar a comunicação.

## Estudos sobre a P@X

- Não assumir que a liderança da comunidade compreende os processos de gestão de conflitos; explicar às lideranças e à comunidade o processo e o prazo provável para sua conclusão, de forma a evitar a propagação da desinformação.
- Ser paciente e criativo/a no uso de processos de resolução alternativa de litígios.

Devido a visões profundamente enraizadas de racismo e injustiça social que muitos/as possuem na comunidade negra, qualquer esforço para fazer com que a cidade avance e reunir a comunidade exige uma abordagem sistêmica multifacetada e holística. Em última análise, a abordagem teria que ser ampla e dar resposta uma série de problemas sociais que ao longo dos anos foram identificados como fatores que contribuem para a pobreza, desigualdade, racismo e agitação social. A cidade de Sanford reconheceu a necessidade de tomar medidas para reunir a comunidade, melhorar as relações entre polícia e comunidade, resolver o pico de crimes violentos e enfrentar a agitação social.

A cidade avançou com uma série de iniciativas voltadas para relações com a comunidade. Estas iniciativas baseiam-se na premissa de que a cidade de Sanford é uma comunidade que valoriza, nutre e estimula a diversidade dos/as seus/suas habitantes. Sanford é uma comunidade onde os conflitos e as diferenças são vistas como oportunidades de mudança, de reconciliação e de revisão dos relacionamentos. Sanford está a esforçar-se para ser uma comunidade onde as grandes questões sociais como pobreza, fome, habitação, emprego e discriminação são vistas e tratadas num contexto holístico que inclui toda a cidade, e continua a ser coerente com a sua filosofia de valorização da civilidade, diversidade e inclusão.

*Andrew Thomas*

[Andrew.Thomas@sanfordfl.gov](mailto:Andrew.Thomas@sanfordfl.gov)

Andrew Thomas tem trabalhado em prol dos direitos humanos, justiça social e resolução pacífica de conflitos ao longo dos últimos 35 anos, incluindo 26 anos como Diretor Executivo do Centro para a Resolução de Conflitos de Rochester, Nova Iorque. Participou na elaboração e revisão de legislação estadual e em diversas comissões de Resolução Alternativa de Disputas. Desde 2005, gere o seu próprio negócio, ALT Associates: Conflict Management Consultants.

#### Referências bibliográficas

Carpenter, S.L. & Kennedy, W. J. D. (1988) *Managing Public Disputes*. San Francisco: Jossey-Bass Publishers.

**Estudos sobre  
a P@X**

## No sótão dos Estudos para a Paz

### PublicaçõesEP

**Barrinha, André; Rosa, Marco** (2013), "Translating Europe's security culture", *Critical Studies on Security*, 1, 1, 101-115.

**Barrinha, André; Bastos, Laura** (2013), "A Turquia e a Europa: um ano estranho", *Janus*, 15, 140-141.

**Barrinha, André** (2013), "Pressing the Reset Button in Euro-Mediterranean Security Relations?", *Journal of Contemporary European Studies*, 9, 1, 203-214.

**Barrinha, André** (2013), "The Ambitious Insulator: Revisiting Turkey's Position in Regional Security Complex Theory", *Mediterranean Politics*, DOI:10.1080/13629395.2013.799353.

**Barrinha, André** (2013), "Olhar o passado para pensar o presente: o Realismo Clássico e os Estudos Críticos de Segurança", *Nação e Defesa*, 135.

**Freire, Maria Raquel; Lopes, Paula Duarte** (2013) "Peacebuilding in Timor-Leste: Finding a Way between External Intervention and Local Dynamics", *International Peacekeeping*, vol.20, n.2, pp.204-218.

**Freire, Maria Raquel** (2013) "Confluência na Ásia? As Relações Rússia-China", *Relações Internacionais*, n.38, pp.95-104.

**Freire, Maria Raquel Freire; Simão Licínia** (2013) "'From Words to Deeds': EU Democracy Promotion in Armenia", *East European Politics*, vol.29, n.2, pp.175-189.

**Freire, Maria Raquel** (2013) "On decision-making, capabilities and the local dimension in EU operations". In W. Feichtinger, M.R. Freire and M.G. Galantino (org.) *Achievements | Failures | Perspectives: EU's Role in Multilateral Crisis Management, Findings and Conclusions*. Viena: Áustria, Federal Ministry of Defence and Sports, junho, pp.15-21. Disponível em [http://www.grip.org/sites/grip.org/files/BREVES/2013/COST\\_EU%27s%20role%20in%20multilateral%20crisis%20management.pdf](http://www.grip.org/sites/grip.org/files/BREVES/2013/COST_EU%27s%20role%20in%20multilateral%20crisis%20management.pdf).

**Nascimento, Daniela** (2013) "Do 'velho' ao 'novo' humanitarismo: os dilemas da ação humanitária em contextos de conflito e pós-conflito violento", *Nação e Defesa*, 135 (Setembro), 93-113.

**SETEMBRO**

**Teresa Cravo** iniciou, em setembro de 2013, o projeto de pós-doc "**The Instability-Intervention Nexus: Problematising External Responses to Political Unrest in the Periphery**", Centro de Estudos Sociais de Coimbra e Universidade de Westminster, financiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia.

**André Barrinha** apresentou a comunicação "The European Defence Agency and the discursive construction of European defence and security", na UACES Annual Conference, Leeds, 2-4 Setembro, 2013.

**JULHO**

**Teresa Cravo** apresentou a comunicação "**Portuguese Foreign Policy. An Overview**", Summer Study Abroad, Instituto Superior de Economia e Gestão de Lisboa (ISEG) e Universidade de Massachusetts-Dartmouth, Coimbra, 1 julho 2013.

**Maria Raquel Freire** apresentou a comunicação "**Peacekeeping and peacebuilding: from words to practice**", Universidade Nacional de Timor-Leste, Díli, 10 julho 2013.

**Maria Raquel Freire** apresentou a comunicação "**As Nações Unidas em Timor-Leste: Construir que paz?**", Understanding Timor-Leste 2013 | Buka Hatene Timor-Leste 2013 | Compreender Timor-Leste 2013 | Mengerti Timor-Leste 2013, 4<sup>th</sup> Timor-Leste Studies Association (TLISA) Conference, Universidade Nacional de Timor-Lorosa'e (UNTL), Díli, 15-16 julho 2013.

**Sílvia Roque, Tatiana Moura, Rita Santos** e Teresa Maneca participaram na reunião inicial do projeto de investigação "**Whose Cities? Understanding Non-Violent Male Identities for safe and inclusive cities**", CES, Coimbra, 15-16 de julho 2013.

**Maria Raquel Freire** participou na **mesa redonda informal sobre as Nações Unidas e a construção da paz**, com discussão do caso de Timor-Leste, National Centre for Peace and Conflict Studies, Universidade de Otago, Dunedin, 26 julho 2013.

**Maria Raquel Freire** apresentou a comunicação "**The United Nations in Timor-Leste: A Critical Appraisal**", Conferência co-organizada pelo Centre for Peace and Conflict Studies e o Sydney Southeast Asia Centre, Universidade de Sydney, Sydney, 29 julho 2013.

**JUNHO**

**Teresa Cravo** apresentou a comunicação “**Rule of Law Reform in the Periphery**”, Harvard Institute for Global Law and Policy Annual Conference, Painel “Space, stories and self-reflection: reconfigurations of the rule of law in development”, Harvard Law School, 3-4 junho 2013.

**Teresa Cravo** apresentou a comunicação “**Domestic Constraints on Western Donors: Analysing the Identity-Foreign Policy Nexus within Development Aid**”, 1st European Workshop on International Studies, EWIS, Workshop 13 “Theorising Domestic and International Constraints on Foreign Policy Decision Making”, Universidade de Tartu, 5-8 junho 2013.

**Teresa Cravo** apresentou a comunicação “**Emerging Powers: An Appraisal of Brazil, Russia and Turkey’s Role in a Changing World. Some Theoretical Notes**”, Seminário Internacional sobre Potências Emergentes, CES, 12 junho 2013.

**Teresa Cravo** apresentou a comunicação “**Development Aid and the Role of the Researcher**”, British International Studies Association Annual Conference, Birmingham, 20-21 junho 2013.

**Daniela Nascimento** apresentou a comunicação “**Humanitarian action in question?: challenges and opportunities to international peace and security**”, na PSS-ISA Joint Conference em Budapeste. 28 Junho, 2013.

**José Manuel Pureza** apresentou a comunicação “**The politics of contestation: multitude against empire?**”, 5th European Conference on African Studies, Lisboa, 27-29 de junho.

**Katia Cardoso** apresentou a comunicação “**Diáspora cabo-verdiana, novas mobilidades, novos actores: o caso dos deportados**” na 5th European Conference on African Studies, ISCTE, 27 a 29 de Junho de 2013;

**Sofia José Santos** apresentou a comunicação “**The role of the new online social media and the Arab Spring: what is actually inside the puzzle?**”, 5th European Conference on African Studies, ISCTE, Lisboa, 27-29 de junho.

**Teresa Cravo** apresentou a comunicação “**The ‘Bread Riots’ in Mozambique: Frelimo Government in the face of Contestation?**”, 5th European Conference on African Studies, Lisboa, 27 junho 2013.

**MAIO**

**Daniela Nascimento** apresentou a Sessão CES vai à Escola: "**Seremos todos iguais e livres? Os Direitos Humanos no Mundo**", no dia 6 de Maio na Escola Secundária Dr. Manuel Fernandes, Abrantes; no dia 10 de Maio na Escola Secundária Jaime Cortesão, Coimbra.

**André Barrinha** apresentou a comunicação "**Post-modernities: Europe and its defence**", na EUSA Biennal Conference, Baltimore, 9-11 Maio, 2'13. Title:

**Maria Raquel Freire** apresentou a comunicação "**A questão da vizinhança e a evolução das relações entre a Ucrânia e a União Europeia**", Mesa Redonda *A Ucrânia no Caminho da Integração na União Europeia*, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 23 maio 2013.

**Katia Cardoso** fez parte do júri de trabalhos finais da disciplina "**Cooperação para o Desenvolvimento II**", licenciatura em Relações Internacionais, FEUC, 29 de Maio de 2013.

**Maria Raquel Freire** apresentou a comunicação "**As Nações Unidas em Timor-Leste: (des)construir a paz**", Conferência *A Construção da Paz em Timor-Leste: Dez Anos Depois, que Balanço?*, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade da beira Interior, Covilhã, 31 maio 2013.

**NOVO PROJETO**

O OGIVA/CES, em parceria com o Centro de Formação Jurídica e Judiciária (Moçambique) e a ONG brasileira Instituto Promundo, dão início ao projeto de investigação "**Whose Cities? Understanding Non-Violent Male Identities for safe and inclusive cities**", coordenado por Sílvia Roque e Teresa Maneca e financiado pelo International Development Research Centre (Canadá). Com a duração de 36 meses, este projeto visa aprofundar as abordagens teóricas e conceptuais sobre as interações entre masculinidades, segurança pública/violência, pobreza e desigualdades, tendo como estudos de caso as cidades de Rio de Janeiro (Brasil) e Maputo (Moçambique).